



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
COMISSÃO DE CONFLITOS FUNDIÁRIOS -
CCF**

ATA REUNIÃO

DATA E HORÁRIO: 07 de julho de 2023 às 10:00 horas.

LOCAL: Gabinete do Prefeito de Aparecida de Goiânia

ASSUNTO: Reunião Assentamento Marília Mendonça Proad 202304000402063 – Processo 5359351-12.2022.8.09.0011 – UPJ das Varas Cíveis da Comarca de Aparecida de Goiânia

SECRETÁRIA: Cristiane de Paula Neiva – Secretária da CSF-TJGO

PARTICIPANTES:

- 1) Sr. Vilmar Mariano da Silva – Prefeito de Aparecida de Goiânia;
- 2) Sra. Sulnara Santana – Primeira-dama – Secretária de Assistência Social de Aparecida de Goiânia;
- 3) Desembargador Anderson Máximo de Holanda – Coordenador da Comissão de Soluções Fundiária do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás;
- 4) Dr. Rodrigo de Melo Brustolin – Juiz de Direito e Membro da CSF-TJGO;
- 5) Dr. Gustavo Alves – Defensor Público do Estado de Goiás e Membro do Núcleo de Direitos Humanos da DPE;
- 6) Sra. Valéria Pettersen – Secretária do Meio Ambiente e Sustentabilidade de Aparecida de Goiânia;
- 7) Dr. Roberto Hidasi – Secretaria de Habitação de Aparecida de Goiânia;
- 8) Dr. Fábio Camargo – Procurador Geral do Município de Aparecida de Goiânia;
- 9) Sra. Pollyana Oliveira – Secretaria de Governo de Aparecida de Goiânia;
- 10) Sr. Jurandir Júnior – Assessor Desembargador Anderson Máximo
- 11) Sra. Lilian – TJ-GO
- 12) Sra. Cristiane Neiva – Secretária da CSF-TJGO.

RESUMO

A Reunião iniciou-se com a Secretária do Meio Ambiente Sra. Valéria expondo uma prévia da situação do Município, mostrando as ocupações “Marília Mendonça, Norberto Teixeira e Alto da Boa Vista. Uma das exigências da proposta é que tenha unidade básica de saúde, escola e creches próximas. Todas são áreas particulares existindo milícias e líderes externos que comandam as invasões, sendo esse o maior problema. Foram a Brasília e acompanharam a condução da portaria “Minha casa minha vida”, foram liberadas 4.500 (quatro mil e quinhentas) unidades para Goiás, sendo 750 unidades liberadas para aparecida. Possuem uma área pública onde pode ser colocado todas as famílias vulneráveis em 496 apartamentos e 196 casas, já tem a documentação exigida, a certidão atualizada, o uso do solo da área faltando somente a complementação da AGEHAB – Sendo que o prazo para a construção desses imóveis seria de 02 (dois) anos.

Prefeito Vilmar Mariano – Temos uma preocupação muito grande com essas três ocupações. Que o primeiro passo é saber quem realmente precisa, porque várias pessoas não precisariam estar lá. Precisamos de uma força conjunta com o Município o Judiciário e o Ministério Público para

nos ajudar nisso. Que existem áreas que estão sendo vendidas pelos moradores diariamente. Que precisamos resolver isso o mais rápido possível não podendo esperar os dois anos para que a desocupação seja feita.

Dr. Fábio Camargo – Que a pressão maior para que seja resolvido está dentro de Aparecida, ficando nas mãos do Prefeito, só que não é um problema só da prefeitura e sim da União dos Estados e dos Municípios. Que precisamos fazer uma busca para facilitar essa busca por recursos.

Desembargador Anderson Máximo – Explicou como funciona a Comissão onde os juízes passam a assumir a parte administrativa do processo, para debater a melhor solução para ambas as partes, sendo uma junção de esforços. Conciliar o vulnerável com os proprietários. Que é preciso congelar a ocupação e realmente trabalhar em cima de vulneráveis. Que a comissão não é para pressionar e sim dialogar e buscar as alternativas possíveis.

Dr. Rodrigo de Melo Brustolin – Que para o magistrado essa situação é nova também, que devemos não tentar negociar, mas ver a melhor forma de como cumprir a decisão que já existe. Que estamos vivendo uma situação excepcional devido a pandemia. Que simplesmente mandar cumprir uma decisão em um assentamento com 500 famílias é muito difícil especialmente para os mais vulneráveis, que devemos encontrar a melhor forma de não negociar, mas sim encontrar a melhor forma de cumprir a decisão. A ideia é primeiramente congelar a ocupação fazendo o cadastro de quem realmente precisa e fazer uma alocação provisória até sair a moradia definitiva.

Prefeito Vilmar Mariano – Acha interessante a ideia de uma moradia provisória até a que as definitivas fiquem prontas, mas no momento não tem condições nem local para colocar essas pessoas. Que acredita que o primeiro passo seria fazer a delimitação dos lotes do local

Dr. Gustavo Alves – Parabeniza a prefeitura de Aparecida pelo trabalho que está sendo feito. Que a intenção da Defensoria é cuidar de fato de quem precisa. Que existem vários especuladores no “Marília Mendonça” e que de fato as famílias que precisam não passam de 80. Que a defensoria está disposta a fazer esse diálogo entre os moradores para evitar que a ocupação continue crescendo.

Desembargador Anderson Máximo – Que o próximo passo da Comissão será fazer uma inspeção (visita técnica) no local e posteriormente será feita marcada audiência de mediação entre as partes.

DELIBERAÇÕES

Secretaria de Assistência Social irá passar para a Comissão o levantamento das famílias residentes no “Marília Mendonça”.

Após será marcada a visita ao local.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a expor, devidamente aprovada a ata, encerrou-se a reunião. Eu, Cristiane de Paula Neiva, Secretária da Comissão de Soluções Fundiárias do Estado de Goiás que a digitei.

Goiânia, datado e assinado digitalmente.

Dr. Rodrigo de Melo Brustolin

Juiz de Direito



